

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

MARTA CÉLIA DE CASTRO ARAÚJO

**A IMPORTÂNCIA SOCIAL DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR:
O caso do Grupo de Educação e Estudos Oncológicos / GEEON**

**REDENÇÃO
2016**

MARTA CÉLIA DE CASTRO ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA SOCIAL DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR:

O caso do Grupo de Educação e Estudos Oncológicos / GEEON

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal - modalidade à distância - da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, como requisito para obtenção do grau de Especialista.

**REDENÇÃO
2016**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

A194i Araújo, Marta Célia de Castro.

A importância social de uma organização do terceiro setor: o caso do grupo de educação e estudos oncológicos / GEEON. / Marta Célia de Castro Araújo. – Redenção, 2016.

48 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado.
Inclui Quadros e referências.

1. Organizações não-governamentais (Brasil). I. Título

CDD 361.7098

Marta Célia de Castro Araújo

A IMPORTÂNCIA SOCIAL DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR:

O caso do Grupo de Educação e Estudos Oncológicos / GEEON

Esta monografia foi submetida à coordenação do curso de especialização em Gestão Pública Municipal, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal, outorgado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho deste trabalho é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____/____/____

Profª. Sandra Maria Guimarães Callado
Profª. Orientadora

Membro da Banca Examinadora

Membro da Banca Examinadora

Dedico esse trabalho às minhas filhas, Aline Araújo e
Raquel Araújo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus por Sua infinita perfeição e bondade, ao me favorecer com saúde, força e coragem que tornou possível a realização desse trabalho.

A minha família, em especial às minhas filhas, Aline e Raquel, pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos funcionários do GEEON: Jô, Valéria, Soraia, Gracinha, Marilene, Jonathan, Bezerra, Larissa e Cláudio, sempre tão gentis em me atenderem, mesmo com o acúmulo de tarefas que desempenham no dia-a-dia.

Ao Professor Luiz Porto, Presidente e Fundador da Organização em estudo, pelo seu exemplo de humanidade, altruísmo, energia e perseverança que me incentivaram a discorrer sobre o tema em questão.

À minha professora orientadora, Sandra Callado, pela sua paciência, solicitude e confiança no meu potencial para a realização deste trabalho.

Aos professores membros da banca examinadora por se disporem tão prontamente.

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

A consolidação do terceiro setor no Brasil veio ocorrer na década de 1990 como consequência, principalmente, das pressões sociais verificadas na época, da baixa capacidade do Estado em atender a essas demandas e da publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Nesse contexto, surgem diversas organizações com denominações variadas, entre elas as Organizações Sociais (OSs), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e as Entidades Benéficas de Assistência Social (EBAS). O presente trabalho tem como foco estudar O Grupo de Educação e Estudos Oncológicos (GEEON), uma organização do terceiro setor, que atua na cidade de Fortaleza com ações voltadas à prevenção e controle do câncer de mama. O trabalho teve como Objetivo Geral analisar o papel do GEEON enquanto organização social sem finalidade lucrativa e sua importância para a comunidade; e como Objetivos Específicos: Descrever a Organização, suas características, objetivos, atividades e estrutura organizacional; Relacionar as fontes de ajuda recebidas; Traçar o perfil sócio econômico da população atendida. O trabalho foi de caráter descritivo e qualitativo e teve como ferramentas metodológicas a pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema e em arquivos presentes no local de objeto de estudo, além de entrevista realizada com o público atendido pela Instituição. Concluiu-se, a partir desse estudo, que o GEEON cumpre um importante papel de colaboração social à população de baixa renda no município de Fortaleza.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Organizações Não Governamentais, Gestão Organizacional.

ABSTRACT

The consolidation of the third sector in Brazil came to occur in the 1990s as a result mainly of social pressures checked at the time of low state capacity to meet these demands and the publication of the Master Plan of the State Apparatus Reform (PDRAE). In this context, there are several organizations with different names, including the Social Organizations (OSs), the Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPs) and Charitable Entities of Social Assistance (EBAS). This work focuses on studying the Education Group and Oncological Studies (GEEON), an organization of the third sector, which operates in the city of Fortaleza with actions aimed at prevention and control of breast cancer. The work was General Purpose analyze the role of GEEON as a social non-profit and its importance to the community; and as Specific Objectives: To describe the organization, its characteristics, objectives, activities and organizational structure; List the sources of help received: To describe the profile of the socioeconomic population served. The study was descriptive and qualitative methodological tools and had as bibliographic and documentary research on the topic and files present on the site of the object of study, and interview with the public served by the organization. It was concluded from this study that the GEEON plays an important role of social collaboration to the low-income population in the city of Fortaleza.

Keywords: Third Sector, Non-Governmental Organizations, Organizational Management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atividades e características dos sistemas sociais.

Quadro 2 - Características do Terceiro setor.

Quadro 3 - Quantitativo de pessoal, por setor funcionante.

Quadro 4 - Fontes de ajuda recebidas pela Organização.

Quadro 5 - Perfil do público atendido pelo GEEON de acordo com entrevistas realizadas no período de dezembro de 2015 a abril de 2016.

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA	Câncer de Mama
CEBAS	Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social
DOU	Diário Oficial da União
EBAS	Entidade Beneficente de Assistência Social
GEEON	Grupo de Educação e Estudos Oncológicos
GESET	Gerência de Estudos Setoriais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
SDM	Serviço de Referência para Diagnóstico em Mastologia
SESA	Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
SMF	Secretaria Municipal de Fortaleza
SUS	Sistema Único de Saúde
UDAM	Unidade de Diagnóstico Ambulatorial em Mastologia
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR	12
2.1	Estado e Mercado	12
2.2	Terceiro Setor	14
3	O GRUPO DE EDUCAÇÃO E ESTUDOS ONCOLÓGICOS	24
3.1	Estrutura Organizacional	23
3.2	Principais atividades desenvolvidas pela entidade	27
3.2.1	<i>Atuação no Ensino</i>	28
3.2.2	<i>Atuação em Pesquisa</i>	29
3.2.3	<i>Atuação em Assistência</i>	30
3.3	Fontes de ajuda recebidas pela Organização.....	31
4	METODOLOGIA	33
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	43
	ANEXO 1	47

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que as organizações do terceiro setor têm se destacado muito entre os cidadãos como órgãos que ofertam serviços que não são totalmente supridos pelo Estado e que são de extrema importância para a sociedade. Dentre as organizações do terceiro setor destacam-se principalmente as Organizações Sociais (OSs), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e as Entidades Beneficentes de Assistência Social (EBAS), que executam atividades não exclusivas do Estado e requerem recursos públicos para prestarem serviços de interesse social com qualidade e legitimidade.

O crescimento do terceiro setor no Brasil sobreveio após a promulgação da Constituição da República Federativa em 1988, quando houve um aumento das obrigações sociais do Estado brasileiro, especialmente no âmbito da saúde (WOLTMANN; MARTINS DA SILVA; DASSO JÚNIOR, 2009). Aliado a isso, com o aumento da demanda pelos serviços de saúde, como consequência da universalidade de acesso e da baixa capacidade do Estado, a redação da mesma constituição prevê em seu artigo 197, a execução desses serviços por terceiros (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Soma-se a isso a crise vivida pelo atual modelo de Estado como provedor de serviços sociais básicos e o impasse do modelo econômico neoliberal, frente aos desafios e demandas sociais apresentadas pela sociedade. O não atendimento dessas demandas reverbera em um crescimento quantitativo das instituições sem fins lucrativos e diversas iniciativas da sociedade civil em atenderem estas demandas, ocupando o espaço deixado pelo Estado e pelo setor empresarial.

Dessa forma, o terceiro setor vem crescendo muito nos últimos anos, assumindo cada vez mais algumas funções que seriam do Estado ou mesmo das empresas. A preocupação com os problemas sociais que não fazem parte do bojo das prioridades do estado impulsiona o crescimento de organizações não governamentais, principalmente as que são caracterizadas por desempenharem atividades de importância social, tais como combate à pobreza, assistência social, promoção da saúde, da cultura e da cidadania (COUTINHO, 2006).

Para a população que se vê carente de serviços essenciais como os de educação e saúde, o surgimento dessas entidades é percebido como uma alternativa de atendimento às suas demandas. Em geral, essas instituições atuam junto às comunidades

situadas próximas às suas sedes (IPEA, 2006). Por ficarem mais próximas da comunidade e conhecerem mais de perto suas carências, respondem mais rapidamente à sua demanda. Além disso, a ausência de burocracia é mais um ponto positivo para população.

Para o Estado, essas instituições desempenham um importante papel no tocante a administração de demandas que não estão sendo comportadas em sua agenda, por meio de parcerias. O aparelho estatal, com sua baixa capacidade de absorver todo o universo de questões reivindicadas pelos diversos segmentos sociais, também se beneficia com a ação dessas organizações.

Para as instituições promotoras da ação social, ocorrem dois momentos importantes que revelam os desdobramentos de possibilidades. O primeiro momento se concretiza no serviço de extensão prestado, abrindo oportunidades na oferta de serviços úteis à comunidade e desembocando, em grande parte dos casos, na satisfação tanto pessoal como profissional para os empreendedores dessas ações. O outro momento se mostra na possibilidade de geração de emprego e de uma melhor participação na economia local.

De acordo com estudo realizado, em 2006, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, os atores envolvidos na oferta de atividades em prol da comunidade acreditam que sua intervenção melhora as condições de vida da população e que há um aumento na satisfação pessoal e espiritual dos donos de empresas quando estes desenvolvem atividades sociais voluntárias para a comunidade.

Em relação à geração de empregos, somente entre 1991 e 1995, cerca de 340.000 postos de trabalho foram originados pelo terceiro setor, confirmando o aumento do acesso ao mercado de trabalho, apesar de representar apenas 2,2% da população ocupada nesta esfera em relação ao total de mão-de-obra empregada no país (GESET/BNDES, 2001). Dessa forma, a atuação dessas organizações traz benefícios a todos, tanto para quem promove a ação, quanto para o Poder Público, como para o cidadão ou grupo de cidadãos beneficiados pela ação social.

Por outro lado, os riscos do grande aumento do Terceiro Setor no país são muitos. Uma destituição do Estado na sua garantia de atendimento às demandas dos diversos segmentos sociais se faz presente, com a diminuição progressiva de investimentos na área social.

[...] a análise da emergência do Terceiro Setor e seu fortalecimento pode dar-se pela compreensão do processo de globalização econômica e ascensão da teoria neoliberal, os quais primam pelo fortalecimento do caráter subjetivo do mercado e a progressiva retirada do Estado dos espaços públicos (PINHEIRO, 2006).

Assim, o crescimento do terceiro setor de certa forma contribui para um processo de desregulamentação, pelo Estado, das atividades sociais e econômicas, validando a política neoliberal que afirma a mínima participação do Estado nas atividades econômicas e sociais da população.

Além disso, há que ressaltar que alguns dos serviços prestados por organizações do terceiro setor têm alto custo, não se revertendo em produtos compartilhados pela comunidade.

[...] Museus, creches, criação artística, devoção religiosa, pesquisa, serviços de saúde, educação, organização comunitária, defesa de minorias, apoios a carentes e a marginalizados, mobilização da opinião pública, dentre outras iniciativas civis, requerem recursos materiais e humanos que ultrapassam, com frequência, a capacidade de mobilização (FERNANDES, apud Serafim, 2007, p.23).

Mesmo assim, não se pode negar que o terceiro setor veio participar como grande aliado nas questões sociais, alcançando indivíduos e grupos, que na maioria das vezes necessita auxílio imediato, porém não contam com o respaldo do Estado.

Dentre as diversas organizações do Terceiro Setor na cidade de Fortaleza, temos o Grupo de Educação e Estudos Oncológicos – GEEON, atualmente certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, que atua na promoção à saúde, com projetos que visam educar e conscientizar a comunidade sobre a importância da prevenção oncológica, além de atuar na detecção precoce do câncer de mama e o atendimento diferenciado da população de risco.

O GEEON nasceu dentro do ambiente universitário como projeto de extensão com ações voltadas à educação e conscientização da comunidade no bairro do Rodolfo Teófilo, em Fortaleza, a respeito de um problema de saúde pública: o câncer de mama. Considerando a importância de trabalhos desse tipo, o interesse em estudar esse assunto nos levou ao seguinte questionamento: Qual a contribuição do Grupo de Educação e Estudos Oncológicos para a comunidade local?

É necessário que a comunidade acadêmica, na medida em que busca contribuir para o conhecimento acerca do papel atual dessas instituições junto à

sociedade, gere pesquisas que fortaleçam essa discussão. Além disso, diante do número crescente de tais organizações com foco de atividade no setor de educação e saúde, serviços estes que estão entre os deveres do Estado, a análise da repercussão das ações de uma organização que oferta serviços na área de saúde e de educação se insere entre os principais debates no contexto político e econômico da atualidade.

Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, seguir um caminho enunciativo que descreva o surgimento do Terceiro Setor no Brasil, bem como distinguir o papel das principais nomenclaturas dadas a essas organizações, como ONGS, OSs, OSCIPs e EBAS. Em seguida, será feita uma breve descrição do GEEON, esclarecendo qual sua característica principal, objetivos e estrutura organizacional. Também serão enumeradas as atividades desenvolvidas pela Organização e as fontes de ajuda que esta recebe para cumprir seu papel principal. Finalmente, é traçado o perfil socioeconômico da população que procura a instituição, de acordo com questionário aplicado em campo.

O trabalho foi dividido dessa forma para que o leitor possa compreender, partindo do macro em direção ao micro, o papel social das organizações sem fins lucrativos que compõem o terceiro setor, dentro do contexto nacional e político, bem como o papel do GEEON no contexto local como organização que afeta diretamente a vida de atores sociais das classes populares que necessitam dessas políticas.

- O presente estudo teve como objetivo geral analisar o papel social do Grupo de Educação e Estudos Oncológicos (GEEON) como Organização da Sociedade Civil sem finalidade lucrativa. Como objetivos específicos, o trabalho apresentou: Descrever a Organização, suas características, objetivos, atividades e estrutura organizacional;
- Relacionar as fontes de ajuda recebidas pela Instituição;
- Traçar o perfil sócio econômico da população atendida.

2 ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR.

A concepção de *terceiro setor* refere-se a uma terminologia sociológica que designa um campo da sociedade concernente às ações sociais oriundas de instituições privadas de caráter não lucrativo. Nesse trabalho abordar-se-á alguns conceitos e origens da expressão e tentaremos diferenciá-la dos termos primeiro setor e segundo setor, relacionados respectivamente com a esfera de ação governamental e a esfera de ação privada com fins lucrativos.

2.1 Estado e mercado

A palavra Estado foi incorporada à literatura política graças a Nicolau Maquiavel (1469-1527), filósofo e político italiano, que utilizou o termo com o sentido de unidade política total, em sua obra *O Príncipe*, escrita em 1513. Foi o primeiro filósofo a estabelecer uma reflexão sobre o Estado moderno contribuindo para o abandono, nos estudos políticos, dos fundamentos teológicos presentes na Idade Média. Em sua obra, ele afirma: "Todos os Estados, todos os domínios que tem havido e que há sobre os homens, foram e são Repúblicas ou Principados" (CARVALHO, 2008).

Ao longo do tempo, o termo passou por algumas transformações conceituais, à medida que novos estudos e teorias surgiram. Para Dalari (1998, p. 42), encontrar um conceito de Estado que satisfaça a todas as correntes doutrinárias é absolutamente impossível, pois o Estado é um ente complexo e pode ser abordado a partir de diversos pontos de vista, dependendo do ângulo de preferência do observador.

No âmbito de conhecimento do direito administrativo, o Estado é a pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano. Conforme enfatiza Gruppi (1980) citado por Bento (2010, p.13) o Estado "é um poder político exercido sobre um território e uma população". Esses três elementos são indissociáveis e indispensáveis para a noção de um Estado independente: o povo, em um dado território, organizado segundo sua livre e soberana vontade (ALEXANDRINO e PAULO, 2015).

O Estado tem como finalidade básica a administração dos bens públicos a fim de atender as necessidades coletivas, por meio da administração pública que nada mais é do que o aparelhamento de que dispõe o Estado para a execução das políticas de governo estabelecidas no exercício da atividade (BENTO, 2010).

Há que diferenciar Estado e Governo. Enquanto Estado trata-se da unidade jurídica e administrativa de um território; Governo refere-se ao órgão responsável pela condução política geral do Estado, tendo a incumbência de exercer sua direção, determinar a forma de realização de seus objetivos, estabelecer as diretrizes de atuação, os planos governamentais, sempre objetivando conferir unidade à soberania do Estado (ALEXANDRINO e PAULO, 2015).

O mercado está correlacionado ao Estado e ao Governo. Para Coelho (2012, p.20) o mercado é "[...] um sistema de trocas do qual participam agentes e instituições interessados em vender ou comprar um bem ou prestar ou receber um serviço". Apesar de o mercado ser formado por várias instituições, é o Estado que possui a prerrogativa de impor os interesses públicos, ainda que esses superem a esfera do particular (COELHO, 2012).

Os primeiros mercados tiveram origem na Idade Média onde funcionavam como uma instituição econômica e social destinando-se a preencher necessidades relativas à circulação de bens. Porém, somente após a Revolução Industrial, em virtude da produção em massa, é que os mercados obtiveram visibilidade (SZTAIN, 2004; SANTOS, 2006).

Ao longo da história os modelos econômicos têm oscilado ora maximizando a liberdade de mercado, ora a intervenção do Estado. Para demonstrar essas oscilações entre Estado e mercado, nas sociedades capitalistas, Coelho (2012, p.22) utiliza a metáfora de um pêndulo (que ilustra a sociedade), posicionado entre as figuras de Estado e Mercado.



Figura 1: Movimento pendular das Sociedades Capitalistas
Fonte: Coelho, 2012.

Segundo o autor, quando o pêndulo se movimenta para o ponto extremo do mercado, localizado à direita da ilustração, os mecanismos de mercado tornam-se incapazes de impulsionar o desenvolvimento econômico, o investimento privado e o bem-estar social, forçando-o a se movimentar para o lado esquerdo, à procura da intervenção do Estado a fim de corrigir as falhas que o mercado não consegue ajustar. Por outro lado, quando o pêndulo atinge o ponto extremo da esquerda (representada pelo Estado), em que há uma grande intervenção no mercado, ocorre uma inibição da atividade produtiva o que prejudica o crescimento econômico. Assim, o Estado se retrai em favor dos mecanismos de regulação do mercado. Pode-se dizer assim, que o crescimento econômico e o bem-estar social dependem de uma relação de equilíbrio entre esses dois setores.

2.2 Terceiro Setor

A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 70, nos Estados Unidos, para identificar um setor da sociedade no qual atuavam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (SMITH, 1991; ALVES, 2002).

Segundo Cardoso, citado por Machado Filho (2002, p.104), a expressão Terceiro Setor foi criada pelo americano John D. Rockefeller, em artigo publicado em 1975, intitulado *The Third Sector X*.

Refiro-me a um setor menos visível do que o normalmente dominante no mundo dos negócios e do governo. Enquanto estes dois reinos foram e continuam a ser microscopicamente examinados e analisados, e suas fronteiras em geral já foram identificadas por especialistas e leigos de plantão, o **terceiro setor** – constituído por organizações e associações não governamentais e sem fins lucrativos – continua a ser como uma terra incógnita, quase inexplorada no que diz respeito a sua dinâmica interna, suas motivações e suas relações sociais, econômicas e políticas com o resto do mundo (ROCKEFELLER, apud MACHADO FILHO, 2002, grifo nosso).

No Brasil, no final da década de 1970, após longo período de repressão política, começam a surgir novos movimentos da sociedade civil em busca de minimizar as mazelas sociais finalmente expostas e decorrentes da incapacidade do Estado de oferecer serviços públicos universais para a população. Resultantes da pressão desses movimentos sociais, o país inicia o processo de abertura política culminando com a queda do Regime Militar em 1985, posterior convocação de Assembleia Nacional Constituinte em 1986 e publicação da “Constituição Cidadã” em 1988.

[...] A aprovação da chamada “Constituição Cidadã” significou o momento de vitória de um projeto democrático de reforma do Estado brasileiro e o engajamento de um setor importante da sociedade civil, protagonizado por movimentos sociais nesta construção democrática. Esta vitória, no entanto, coincidiu com um vigoroso movimento neoliberal que se disseminou no mundo todo, acompanhando as crises dos Estados nacionais frente à reorganização global da economia e do mundo do trabalho e ao fim da Guerra Fria. Crises econômicas, fiscais, inflacionárias, abertura financeira e industrial provocaram, de forma diferenciada, a busca dos Estados latino-americanos por soluções que incluíram a adoção de ajustes fiscais e propostas neoliberais de reformas do Estado [...] (ALBUQUERQUE, 2006).

Nesse contexto foi realizada a contrarreforma, dando ênfase às privatizações e coibindo a aprovação de leis de regulamentação das novas políticas constitucionais de direitos.

A emergência do Terceiro Setor se deu na tentativa de prover ou reforçar a ação do Estado nas questões sociais de maneira sustentável e participativa na resolução dos problemas da sociedade, numa proposta de livre iniciativa, similar às estruturas de uma empresa, apesar de não possuir os mesmos objetivos (OLIVEIRA, 2005).

O uso do termo, no Brasil, pode ser explicado por Calegare e Silva Júnior (2009, p. 137) citando Falconer (1999):

O termo terceiro setor, no uso corrente, é usado para se referir à ação social das empresas, ao trabalho voluntário de cidadãos, às organizações do poder público, privatizadas na forma de fundações e ‘organizações sociais’. Mais do que um conceito rigoroso ou um modelo solidamente fundamentado em teoria – organizacional, política ou sociológica – terceiro setor, no Brasil, é uma ideia-força, um espaço mobilizador de reflexão, de recursos e, sobretudo, de ação. (FALCONER, 1999, apud CALEGARE E SILVA JUNIOR, 2009, p.137).

O impulso desse setor, no país, verificou-se após aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, publicado nos anos 90 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Este plano buscava, entre outras coisas, implementar as diretrizes de um modelo de Estado Regulador, em que o Estado teria participação mínima, passando a gestão e execução de serviços não exclusivos para a iniciativa privada, com a justificativa de alcançar maior eficiência e eficácia e assim superar as ineficiências supostamente evidenciadas no modelo de Estado social (REIS, 2014).

Inicialmente, a reforma foi executada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, passando posteriormente a ser executada pelo Ministério do Planejamento e Gestão. Um de seus princípios fundamentais era que o Estado só deveria executar as tarefas exclusivas em que envolvia o emprego do poder

do aparelho estatal ou de aplicação de seus recursos, ou seja, apenas coordenar e financiar as políticas públicas.

As tarefas de execução deveriam ser descentralizadas para agências executivas e agências reguladoras autônomas e os demais serviços que a sociedade decidisse prover com os recursos dos impostos não deveriam ser realizados no âmbito do Aparelho do Estado, mas por terceiros, através de contratação (BRESSER-PEREIRA, 1996). Assim, não cabia mais ao Estado a exclusividade de execução das políticas públicas, desdobrando no rompimento da rigorosa separação entre o público e o privado e abrindo espaço para que o privado assumisse responsabilidades na área social (SUCUPIRA *et al*, 2007).

É nesse contexto que se firma a divisão do sistema social em três setores ou esquema trinário. O primeiro setor, representado pelo Estado que, com sua missão de realizar a atividade administrativa para satisfazer as necessidades da população, aplica o dinheiro público em ações para a sociedade; o segundo setor representado pelo mercado, é constituído pelo conjunto de empresas que exercem atividades privadas e cujo objetivo principal é o lucro. Opera com uma lógica orientada para o alcance de metas, via emprego de técnicas de natureza econômica, maximizando os recursos disponíveis; e o terceiro setor representado pelas organizações da sociedade civil (OSC) destinadas ao atendimento das demandas sociais e sem finalidade lucrativa vem atuar nas lacunas deixadas pelo Estado e Mercado (LUCA, 2008).

O Quadro 1 apresenta uma relação de atividades e características dos três setores, a simbologia utilizada significa: O – sim, X – não e Δ – possível. Ao analisarmos o Quadro 1 é possível identificar que o 3º Setor é o que mais compartilha características em comum com todos, das sete variáveis utilizadas, o 3º setor compartilha 5 (cinco) características em comum.

Quadro 1- Atividades e características dos sistemas sociais.

Descrição das Atividades	1º Setor	2º Setor	3º Setor
	Estado	Mercado	Organizações não governamentais sem fins lucrativos
Agente Financiador	O	Δ	Δ
Atividades sem fins lucrativos	O	X	O

Quadro 24- Atividades e características dos sistemas sociais (continuação)

Descrição das Atividades	1º Setor	2º Setor	3º Setor
	Estado	Mercado	Organizações não governamentais sem fins lucrativos
Promoção de atividades de interesse social	O	Δ	O
Obtenção de Lucro	X	O	X
Presença de trabalho voluntário	X	X	O
Dinheiro privado para fins privados	X	O	X
Dinheiro público para fins públicos	O	X	Δ

Fonte: Elaborado pelo autor.

O terceiro setor engloba uma diversa gama de associações, fundações, sindicatos, cooperativas, igrejas e ONGs. Na tentativa de legitimar as relações entre o poder público e algumas entidades do terceiro setor que desenvolvem atividades de interesse público e de dever do Estado, são criadas normas que possibilitam e definem em quais circunstâncias podem ser estabelecidas essa relação. Das diversas entidades que compõem o terceiro setor, trataremos aqui das Organizações Não-Governamentais, mais precisamente das OSs, OSCIPs e Entidades Beneficentes.

As Organizações Não Governamentais (ONGs)

A expressão “Organização Não Governamental” foi usada pela primeira vez pela Organização das Nações Unidas (ONU) para designar toda organização da sociedade civil que não tivesse sido estabelecida por uma entidade governamental ou por acordo intergovernamental (CALEGARE E SILVA JÚNIOR, 2009). A expressão foi citada na Carta da ONU em 1945, no artigo 71, capítulo X, que determinava sobre a formação do Conselho Econômico e Social:

O Conselho Econômico e Social poderá entrar em entendimentos convenientes para a consulta com **organizações não governamentais** que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efectuadas consultas com o

membro das Nações Unidas interessado no caso. (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, grifo nosso).

Nesse sentido, a expressão passou a designar as organizações supranacionais e internacionais autônomas. A definição de organizações não governamentais destaca seu papel, já nos anos 50, de ocupação de espaços que outrora eram responsabilidades do Estado. Dito isso, passaram a ser um suporte em diversas atividades de cunho social.

A primeira organização não governamental internacionalmente conhecida foi O Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Criado em 1863, por Henry Dunat, na cidade de Genebra, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha inaugurou a tradição de agrupamento da sociedade civil em defesa dos direitos humanos e serviu de modelo à formação de entidades semelhantes em outros países europeus, tornando-se a semente da atual Cruz Vermelha Internacional (LEMOS, 2001).

No Brasil, no final da década de 80 e início da década de 90, diversas organizações de assessoria passaram a desenvolver uma reflexão sobre o papel que desempenhavam na sociedade, adotando a denominação “Organizações Não Governamentais”, num empréstimo da terminologia utilizada na ONU. Este processo de reflexão foi importante na organização e fundação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, em 1991 (RAVILOLO, 2003).

O termo “Organização Não Governamental” popularizou-se de tal forma que qualquer entidade privada sem fins lucrativos passou a ser chamada de ONG. Essa discussão também envolve o conceito de “Terceiro Setor”, muitas vezes apresentado como uma versão moderna, mais ampla e mais pragmática das ONGs (FIEGE, 2003).

Dessa forma, no Brasil, a denominação ONG acabou sendo utilizada como uma espécie de “guarda-chuva conceitual” (MEIRA, 2009), pois passou a ser um referencial na identificação das mais variadas formas de organizações privadas com fins públicos e sem finalidade de lucro. Assim, ONG não é uma terminologia de natureza jurídica, mas corresponde a uma denominação que destaca a principal característica dessas organizações, que é realizar atividades de fins públicos, sem fazerem parte do poder público.

As Organizações Sociais ou OSs

As OSs são entidades que fazem parte do chamado “Terceiro Setor”, criadas para prestar serviços sociais não exclusivos do Poder Público. Apesar da legislação não estabelecer o conceito exato das Organizações Sociais, a Lei 9.637/98 traz algumas características:

Art. 1º. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei. (BRASIL, 1998).

Diversas atividades, antes consideradas exclusivas do Poder Público, passaram a ser divididas com administradores privados, ou seja, comportando e tirando da agenda estatal determinadas atividades de cunho social. Para Modesto (2001, p. 6):

[...] as organizações sociais representam uma forma de parceria do Estado com as instituições privadas de fins públicos (perspectiva *ex parte principis*) ou, sob outro ângulo, uma forma de participação popular na gestão administrativa (perspectiva *ex parte populi*) (grifo do autor).

Para Di Pietro (2014), apud Rodrigues (2012, p.145):

A entidade outorgada com tal título é constituída como uma pessoa jurídica de direito privado ordinária, diferenciando-se das demais por ter optado por habilitar-se, perante o Poder Público, para o recebimento da qualificação de organização social.

Modesto (1988, p.61) corrobora com essa afirmação quando declara que “ser organização social não se pode traduzir em uma qualidade inata, mas em uma qualidade adquirida, resultado de um ato formal de reconhecimento do Poder Público”. De fato, nos termos da Lei Federal 9.637/98:

O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades, sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde (Lei 9.637/98, art. 1º).

As diversas definições marcam na verdade a criação dessa nova figura no ordenamento jurídico no âmbito da Administração Pública Federal. A partir dos projetos básicos que deram origem ao PDRAE, publica-se a Lei Federal de 1998 para qualificar e disciplinar as entidades privadas sem fins lucrativos, com atuação em áreas de interesse público (RODRIGUES, 2012).

Para Meira (2012, p.97) a principal finalidade da lei foi estabelecer uma norma regulamentadora para a relação entre o Estado e as Organizações Não-Governamentais, apesar do termo ONG não ter sido citado, dispondo sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como Organizações Sociais (OS).

Para normatizar a relação entre o Estado e as OSs, a lei veio referir-se à criação do Contrato de Gestão, em seu artigo 5º nos seguintes termos:

Para os efeitos desta Lei, entende-se por **contrato de gestão** o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º. (BRASIL, 1998 - grifo nosso).

Ainda para atender as exigências da Lei, as entidades qualificadas como OSs deveriam ter, entre outras, um estatuto registrado, um conselho diretor e participação de representantes do Poder Público em seu Conselho de deliberação superior. O que diferenciaria a Lei 9.637/98 das leis anteriores (Certificados de Utilidade Pública de 1935 e Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 – lei 8742 de 07/12/1993) seria o fato do controle do planejamento das ações não ser tarefa restrita do Estado, mas compartilhado ou totalmente sob a responsabilidade das entidades privadas (MEIRA, 2012).

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)

O termo OSCIP refere-se a um título concedido à pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços sociais não exclusivos do poder público. A qualificação das OSCIPs foram regulamentadas pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 que veio ainda, instituir uma nova forma de acordo para regular o repasse de verbas públicas às Organizações não governamentais, o chamado *Termo de Parceria*¹.

De fato, como declara Rila (2004, p.29), as OSCIPs são organizações que obtém o reconhecimento oficial e legal do que entendemos por ONGs.

¹ A lei 9.790/99 divide-se em dois temas: a criação do título de OSCIP e a criação do Termo de Parceria. O Termo de Parceria é uma nova forma de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil, criada pela lei das OSCIPS que prevê o repasse de verbas públicas para entidades de direito privado. Tecnicamente, é um híbrido entre o contrato administrativo e o convênio.

Já para Dias e Colaboradores (2010 p. 3), a qualificação de pessoas jurídicas como OSCIPs, faz parte de um dos meios utilizados pelo PDRAE, na aplicação da Administração Pública Gerencial, por meio do Programa de Publicização previsto nesse Plano de Reforma do Estado, assim como foi para as OSs. Através dessas entidades o Estado repassa serviços que não são de sua exclusividade, ao chamado terceiro setor (DIAS; SILVA; CAMPODONICO, 2010).

Nas palavras de Di Pietro (2014, p.584), o termo OSCIP:

Trata-se de qualificação jurídica dada a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico por meio de termo de parceria.

Para a autora, as OS e OSCIPs têm conceitos semelhantes, apesar de atenderem a objetivos diferentes: As OSs foram idealizadas para gerir serviços públicos por delegação do ente federativo enquanto as OSCIPs foram idealizadas para prestar atividade social com a ajuda do poder público, finalidade semelhante ao que inspirou anteriormente a outorga do título de utilidade pública. No entanto a Lei da OSCIP está mais bem estruturada, uma vez que impõe requisitos mais rígidos para a obtenção da qualificação e prevê o incentivo e fiscalização do Poder Público (DI PIETRO, 2014).

Para fazer jus a essa certificação, as organizações sociais não lucrativas, devem atestar o cumprimento de alguns requisitos enumerados nos artigos 3º e 4º da Lei Federal 9.790, que tratam dos objetivos sociais das entidades que pleiteiam a qualificação, assim como as normas estatutárias que devem dispor sobre os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Uma vez qualificada pelo Poder Público, a entidade passa a receber recursos governamentais por meio do Termo de Parceria instituído pela Lei, além de poder angariar recursos de pessoa jurídica que por sua vez receberá o incentivo de abatimento no imposto de renda.

Assim, pode-se dizer que OSCIP é uma organização da sociedade civil que, em parceria com o poder público, utiliza também recursos públicos para suas finalidades.

Entidades Beneficentes de Assistência Social (EBAS)

As EBAS seguem o mesmo princípio das Organizações Sociais e OSCIPs, no que tange aos seus objetivos sociais.

O certificado de CEBAS é concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde, de acordo com a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Uma das principais vantagens dessa certificação é que as organizações que a adquirem passam a desfrutar de isenção do pagamento das contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos seus empregados e trabalhadores avulsos, como também receber transferências de recursos governamentais a título de subvenções sociais, nos termos do art. 30 da Lei nº 12.465/11 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO). Vale ressaltar que o certificado CEBAS é um dos documentos exigidos pela Receita Federal para que as entidades privadas gozem da isenção da cota patronal das contribuições (FAGUNDES, ARAÚJO SILVA; GUERRA SILVA, 2014).

Os termos OS, OSCIP e CEBAS tratam-se apenas de qualificações outorgadas pelo Poder Público. Essas organizações têm características muito semelhantes, pois todas são voltadas à realização de atividades de interesse público, sem, no entanto fazerem parte da administração pública e sem terem como objetivo o lucro. As principais diferenças entre essas organizações estão, além das leis que as regem, os ministérios que as qualificam e os benefícios recebidos, de acordo com a sua qualificação, conforme ilustrado no Quadro a seguir:

Quadro 2 - Principais diferenças entre OSs, OSCIPs e CEBAS:

	OSs	OSCIPs	CEBAS
Instrumento contratual	Contrato de Gestão	Termo de Parceria	Contrato, Convênio ou instrumento congênere com o Poder Público

Quadro 2 - Principais diferenças entre OSs, OSCIPs e CEBAS (Continuação)

	OSs	OSCIPs	CEBAS
Ministério que Qualifica	Poder Executivo (Ministério da Área de Atuação)	Ministério da Justiça	(Dependendo da Atuação) Ministério da Educação Ministério da Saúde Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Recursos Públicos	1. Recursos orçamentários por meio do contrato de gestão; 2. Bens Públicos (regime de concessão) 3. Cessão de Servidores Públicos	1. Recursos orçamentários por meio do Termo de Parceria 2. Bens Públicos (regime de concessão) 3. Isenção e Dedução do IR 4. Doação de mercadorias apreendidas pela SRF	1. Recursos Orçamentários por meio de convênios; 2. Isenção do pagamento da contribuição patronal destinada à seguridade social dentre outras contribuições (CONFINS, PIS e CSL)

Fonte: Adaptado de Dutra, 2009.

Quanto às ONGs, é válido ressaltar que sua abrangência conceitual proporciona a possibilidade de enquadramento para diversos segmentos que não se caracterizam pelo primeiro e segundo setor.

Atualmente, o GEEON é qualificado como Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde e desenvolve um trabalho importante tanto no atendimento da população carente, como na formação de estudantes e profissionais ligados ao controle do Câncer de Mama no Estado do Ceará.

3 O GRUPO DE EDUCAÇÃO E ESTUDOS ONCOLÓGICOS – GEEON

O Grupo de Educação e Estudos Oncológicos (GEEON) iniciou seus trabalhos em 1988, primeiramente como projeto de extensão do Departamento de Cirurgia da Universidade Federal do Ceará, sob a coordenação do professor e médico oncologista Luiz Gonzaga Porto Pinheiro. O projeto contava com 12 integrantes acadêmicos de medicina e tinha como finalidade cumprir ações efetivas na prevenção e controle do câncer, através da conscientização do estudante e da comunidade do bairro Rodolfo Teófilo.

O GEEON foi fundado oficialmente como entidade civil com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos em 1992 e adquiriu reconhecimento de utilidade pública da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em 16 de dezembro de 2002, através da Lei Estadual 13.265 (CEARÁ, 2002). Em 03 de setembro de 2003, obteve certificação como OSCIP pela Secretaria Nacional de Justiça², passando então a poder formar parceria com o poder público para execução de seus objetivos.

Na qualidade de OSCIP, o grupo continua atuando na promoção à saúde com projetos que visam educar e conscientizar a comunidade sobre a importância da prevenção oncológica. Além disso, atua na detecção precoce do câncer de mama e no atendimento diferenciado da população de risco, por meio de diversos projetos e ações.

Em 21 de dezembro de 2015, a então OSCIP passa a ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde, ficando assim isenta de contribuição para a seguridade social, conforme previsto na lei 12.101/2009, amparada pelo artigo 195, parágrafo 7º da constituição federal.

3.1 Estrutura Organizacional

Desde sua criação, a instituição procura adequar sua estrutura organizacional a fim de atender seus objetivos. Dito isso, apresentamos um esboço do organograma da instituição, ainda em construção. Nele, podemos observar sua estrutura interna e compreendermos melhor a dinâmica de funcionamento pretendida pela Organização. Em linhas gerais, o GEEON é constituído pela Presidência, Diretoria Científica e Diretoria Administrativa.

²Mais informações: D.O.U. 17 de setembro de 2003, página 33, seção 1.

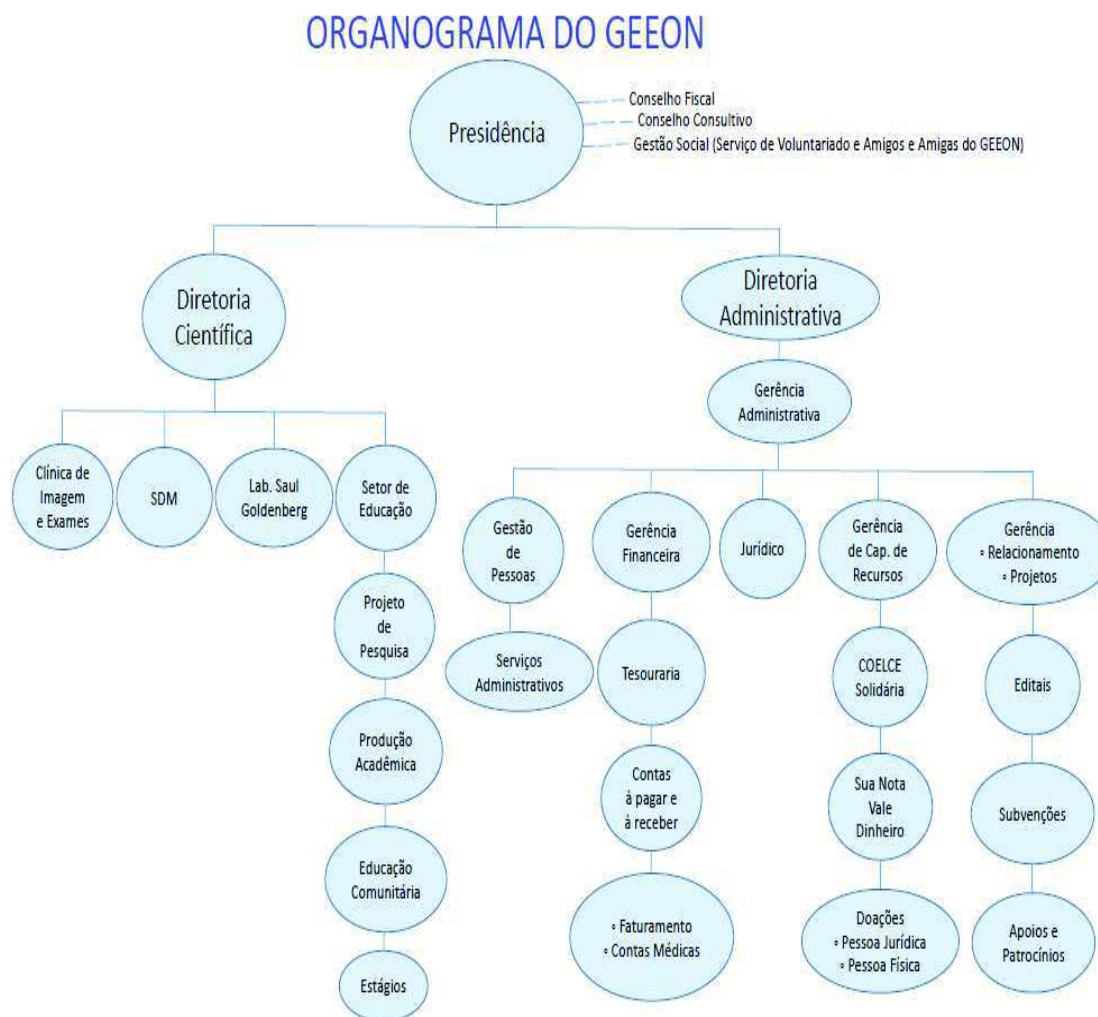


Figura 2 - Organograma do GEEON
Elaborado pela Diretoria da Organização

À Presidência, estão subordinadas a Diretoria Científica e a Diretoria Administrativa. O Diretor Presidente tem como competências principais representar a Organização judicialmente e extrajudicialmente, assinar convênios, acordos e contratos que sejam de interesse da entidade, convocar e presidir as Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da Entidade.

Paralelos à Presidência, mas não subordinados a ela, estão os Conselhos Fiscal e Consultivo e a Gestão Social. O Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador das ações da administração e da forma como esta utiliza os recursos financeiros captados. O Conselho Consultivo atua na assessoria à Presidência, coparticipando na tomada de decisões. Já a Gestão Social é formada por um grupo de voluntários também denominados “Amigos e Amigas do GEEON”. A importância dada ao setor voluntário

indica a preocupação, por parte da administração, da necessidade de envolvimento da comunidade na construção de suas ações.

A Diretoria Administrativa tem como competência principal substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos. Também é a parte que constrói e consolida as relações internas com a gerência financeira, gerência de capacitação de recursos e demais setores. Essas esferas dão corpo à funcionalidade da empresa.

É possível perceber que a Diretoria Administrativa é responsável por cuidar das atividades estruturais que constituem o interior do GEEON. É na Diretoria Administrativa que a própria dinâmica da Organização se faz presente. Já a Diretoria Científica trata das questões relacionadas à Clínica de imagem e exames, e ao laboratório de pesquisa. Os projetos de extensão e de educação com a comunidade são subordinados a essa diretoria. São nesse campo que também se concretizam as contribuições da GEEON de maneira mais técnica, em sua especialidade.

Vale frisar que nem todas as unidades componentes do organograma estão devidamente operantes, pois a instituição não dispõe do quantitativo de pessoal necessário para tal. O organograma atual trata-se tão somente de um esquema que a Organização pretende implantar, com fins de aprimorar o fluxo do trabalho e com isso, a eficiência de suas ações e eficácia no alcance dos objetivos propostos.

O Presidente, o Diretor Científico e o Diretor Administrativo não recebem remuneração pelos seus cargos, conforme determinação da lei 12.101/2009 e também firmado no estatuto da entidade. No total, o GEEON conta com 8 (oito) funcionários no seu quadro de pessoal. Além desses, dispõe de 3 (três) funcionários cedidos pela UFC, 2 (dois) voluntários e 4 (quatro) prestadores de serviço para realizar todas as atividades a que se propõe.

No Quadro 3, apresentamos o resumo dos setores funcionantes do organograma, com seu respectivo quantitativo de pessoal:

Quadro 3 – Quantitativo de pessoal por setor

Setor	Cargo/função				
	Dirigente (Presidente)	Diretor	Funcionário	Voluntário	Prest.de serviço
Presidência	1				
Diretoria Científica		1			

Quadro 3 – Quantitativo de pessoal por setor (continuação)

Setor	Cargo/função				
	Dirigente (Presidente)	Diretor	Funcionário	Voluntário	Prest.de serviço
Clínica de imagem e exames	1	1	5		3
Lab. Saul Goldenberg	1	1			
Diretoria Administrativa		1			
Gerência Administrativa			1		
Gerência Financeira/Faturamento/con- tas médicas			1		1
Jurídico				1	
Gerência de Captação de recursos				1	
“Coelce solidária”, “sua nota vale dinheiro” e “doações”			1		

Fonte: Elaborado pelo autor

Pode-se ver que, para execução de todas as atividades relacionadas aos elementos estruturais esquematizados, a Instituição possui apenas 8 (oito) funcionários, e que 5 (cinco) destes, estão na clínica de imagem e exames.

Setores estratégicos como a Gerência Financeira e a Captação de Recursos contam apenas com 1(um) funcionário contratado e 1(um) voluntário respectivamente, e que o setor jurídico é exercido apenas por 1 (um) voluntário.

3.2 Principais atividades desenvolvidas pela entidade

O GEEON atua predominantemente na área da saúde, com ações de prevenção e controle do câncer de mama, a partir de consultas e exames diagnósticos. No entanto, a Organização exerce também atividades nas áreas de ensino e pesquisa, agregando assim, mecanismos que fortalecem o alcance de seus objetivos.

A seguir, apresenta-se um resumo das principais atividades desenvolvidas pela Organização.

Quadro 4 – Principais atividades desenvolvidas pelo GEEON

ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
ATUAÇÃO NO ENSINO	Curso Básico de Oncologia	Última edição ocorreu em 2013 após 15 anos consecutivos de realização do evento.
	Curso de Especialização em Mastologia	2 edições, formando 35 especialistas no Estado do Ceará.
ATUAÇÃO NA PESQUISA	Projeto Iracema	- Pesquisa domiciliar com 3500 mulheres do bairro Rodolfo Teófilo. - Identificar a prevalência dos fatores de risco para o CA de mama e adotar atividades de rastreamento a partir de exames clínicos e de imagem
	Laboratório Saul Goldenberg (Pesquisa experimental radioguiada)	Estudos experimentais de 9 estudantes de graduação e 10 estudantes de pós-graduação
	Mesas redondas	Discussão de casos complexos e de interesse científico de CA de mama, encaminhados pelo complexo hospitalar do Hospita Universitário.
ATUAÇÃO NA ASSISTÊNCIA	Realização de consultas	
	Exames diagnósticos e complementares (Mamografia, ultrassonografia)	Realização de 28.939 mamografias, desde a criação da Unidade Ambulatorial em setembro de 2009

Fonte: Elaborado pelo autor

3.2.1 Atuação no Ensino

- Curso Básico de Oncologia

O Curso Básico de Oncologia foi um evento anual promovido pelo GEEON com o intuito de proporcionar conhecimentos sobre os fundamentos dos principais tipos de câncer. O curso apresentava carga horária de 40 horas e era voltado aos acadêmicos e profissionais da área da saúde. Sua última edição ocorreu em 2013 após 15 anos consecutivos de realização do evento.

- Cursos de Especialização em Mastologia

O GEEON promoveu dois Cursos de Especialização em Mastologia, formando 35 especialistas em duas edições. Na primeira edição, realizada no período de agosto de 2002 a dezembro de 2003, o grupo teve o apoio da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará – SESA – e formou 30 especialistas na área de mastologia. Já na segunda edição, realizada no período de agosto de 2008 a dezembro de 2009, arcou com

todos os custos do curso, pois não teve apoio financeiro de nenhuma das secretarias de saúde. Nessa edição, dos 12 alunos matriculados, apenas 5 (cinco) concluíram.

Apesar de todas as dificuldades encontradas nas duas edições do curso, o GEEON contribuiu para o preparo de profissionais aptos a atuarem no interior do Estado do Ceará no reconhecimento de casos suspeitos de Câncer de Mama, ajudando assim a cumprir a recomendação da Organização Mundial de Saúde que sugere a detecção precoce como forma de diminuição da mortalidade por esse tipo de câncer.

3.2.2 Atuação em Pesquisa

- Projeto Iracema

O Projeto Iracema, um dos principais projetos desenvolvidos pelo GEEON, foi implementado em parceria com a SESA e Secretaria Municipal de Fortaleza - SMF, sob a forma de programa de controle da doença, em ação continuada, em todas as suas regionais administrativas, integrando os polos de atendimento em mastologia identificados na cidade (Projeto Iracema, 2006).

Seu principal objetivo era estudar a população feminina residente no Bairro Rodolfo Teófilo, em Fortaleza, e identificar a prevalência dos principais fatores de risco de câncer de mama para, em seguida, adotar atividades de rastreamento a partir de exames clínicos, mamográficos e de procedimentos complementares para o diagnóstico da neoplasia.

Dentro desse objetivo, o Projeto Iracema realizou uma pesquisa domiciliar, com aproximadamente 3500 mulheres residentes no bairro Rodolfo Teófilo, realizando consultas básicas e exames clínicos das mamas em 905 mulheres integrantes da pesquisa e dentre estas, 170 mamografias.

- Laboratório de Cirurgia Experimental Radioguiada Prof. Dr. Saul Goldenberg (ou Laboratório de Pesquisa Dr. Saul Goldemberg)

O Laboratório de Pesquisa Dr. Saul Goldemberg foi criado em 17 de março de 2007 com a finalidade de desenvolver pesquisas complementares relacionadas ao câncer de mama.

O Laboratório Saul Goldenberg é fundamental na realização de trabalhos científicos na área de mastologia com os alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde, a maioria deles oriundos da UFC. Desde sua criação o Laboratório já contribuiu com os estudos experimentais de nove estudantes do curso de

graduação em medicina e seis mestres e quatro doutores do programa de pós-graduação em cirurgia.

- Mesa Redonda

O GEEON realiza todas às sextas-feiras, em sua sede, Mesa Redonda com a equipe de Mastologia do Hospital Universitário Walter Cantídeo e Maternidade Escola Assis Chateaubriand. Nesse momento são apresentados e discutidos os casos difíceis e de interesse científico de câncer de mama, acompanhados pelo complexo hospitalar. Esse debate permite que a equipe possa verificar qual a melhor decisão sobre o tratamento a ser seguido em cada caso apresentado, além de impulsionar a pesquisa na área de mastologia.

3.2.3 Atuação em Assistência

- Unidade de Diagnóstico Ambulatorial em Mastologia (UDAM) e o Serviço de Referência para Diagnóstico em Mastologia (SDM)

O GEEON conta com uma Unidade de Diagnóstico Ambulatorial em Mastologia (UDAM), a qual é credenciada ao Sistema Único de Saúde como Serviço de Referência, oferecendo consultas, biópsias e exames especializados para exploração e diagnóstico de lesões suspeitas em mulheres encaminhadas das Unidades Básicas de Saúde de Fortaleza e da Região Metropolitana.

Considerado pelo presidente da Organização como uma das maiores aquisições, a UDAM dispõe de dois consultórios especializados para atendimento mastológico, uma sala para pequenos procedimentos cirúrgicos, um mamógrafo (cedido pela Fundação Lions Internacional), um aparelho de Ultrassom e um aparelho de biópsia Esterotáxica (cedidos pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará).

Através da UDAM, o GEEON desenvolve sua principal atividade de assistência junto à comunidade. A unidade aguarda o credenciamento junto ao Ministério da Saúde, como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM). Com o credenciamento em SDM, o GEEON passa a receber os incentivos financeiros de investimento para a melhoria das condições e capacidade de atendimento do serviço, conforme preconizado pela Portaria 189/2014 do Ministério da Saúde. Dentro desse cenário, o grupo vem integrar a Linha de Cuidado do Câncer de Mama e, assim, cumprir com o objetivo estipulado pelo Ministério de Saúde para os Serviços de

Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (Portaria 189, de 31 de janeiro de 2014, D.O.U. de 03/02/2014, pag. 31).

3.3 Fontes de ajuda recebidas pela Organização

De acordo com Olak (1999), citado por Medeiros e Mañas (2012 p. 21), as instituições do Terceiro Setor recebem recursos financeiros sob as formas de contribuições, doações e subvenções, abalizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC nº 1.026/05 e da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC-T 19.04).

A captação de recursos para o funcionamento da Organização estudada é basicamente oriunda de duas fontes: Secretaria Municipal de Saúde (SMS-PMF/SUS) e doação de contribuintes voluntários que se sensibilizam com a causa defendida pela instituição. A Secretaria repassa a quantia de R\$45,00 (quarenta e cinco reais) por mamografia e de R\$ 24,20 (vinte e quatro reais) por ultrassonografia que o GEEON realiza nas pacientes encaminhadas pelos postos de saúde de Fortaleza e do interior do Estado.

A Universidade Federal do Ceará também atua na linha de apoio ao grupo, tendo em vista o desenvolvimento de Projetos de Extensão com os alunos da Universidade e com a comunidade. A Universidade se responsabiliza também pelo pagamento da conta de energia elétrica e desde o ano de 2015 assumiu o contrato de três funcionários terceirizados que estão cedidos para o GEEON.

As contribuições voluntárias são feitas por meio de recolhimento em domicílio e por programas como “Coelce Solidária” e “Sua Nota Vale Dinheiro”. No recolhimento em domicílio, o GEEON terceiriza os serviços de um *motoboy* para arrecadar na residência do contribuinte voluntário, as quantias combinadas para doação mensal, trimestral ou anual, de acordo com a escolha feita pelo colaborador. No programa “Coelce Solidária” o contribuinte opta pelo valor a doar e o faz através da conta de energia elétrica cadastrada em seu nome. Além dessas contribuições, verifica-se a ajuda eventual de algumas empresas. A Universidade de Fortaleza (UNIFOR) é uma das empresas que contribui regularmente com a instituição.

Como forma de complementar a receita, a Organização realiza eventos como bazar, rifas e solenidades beneficentes. No Quadro 5, elenca-se as fontes de ajuda

recebidas pela instituição e sua respectiva participação percentual, tomando-se como base o relatório financeiro de 2014.

Quadro 5 – Principais fontes de ajuda recebidas

Fontes de ajuda	Participação (na receita)
Poder Público (SMS)	46,3%
Doações Diretas (contribuintes voluntários e telemarketing)	24,5%
Patrocínios (empresas privadas)	18,9%
Eventos (eventos beneficentes, bazar, rifas)	8,4%
Outros	1,8%

Fonte: Relatório financeiro do GEEON, 2014

4 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa, realizado em uma organização não governamental sem fins lucrativos, identificada como Grupo de Educação e Estudos Oncológicos – GEEON, localizada na cidade de Fortaleza, no Bairro de Rodolfo Teófilo.

A realização do trabalho foi efetivada em dois momentos. No primeiro momento foi realizada uma análise bibliográfica e documental presente no local de objeto de estudo (GEEON), que teve como documentos consultados:

- Relatório anual de Atividades;
- Documentos que firmam a parceria entre o GEEON e o Poder Público;
- Planilhas que relacionam os exames disponibilizados pela entidade;
- Relatório financeiro de 2014;
- Estatuto da Entidade.

No segundo momento, foram realizadas entrevistas com o público-alvo da instituição. As entrevistas foram compostas a partir de um modelo utilizado no Projeto Iracema (projeto realizado pela entidade em 2008, no bairro Rodolfo Teófilo), com fins de identificar a prevalência dos principais fatores de risco para o câncer de mama. Com base nesse modelo, foi produzido um questionário com informações pessoais e socioeconômicas a fim de servir de suporte para analisar a importância da Organização enquanto Entidade Beneficente, para a população que procura seus serviços (Anexo 1).

As entrevistas foram aplicadas em 143 pacientes, no período compreendido entre 18 de dezembro de 2015 e 1º de abril de 2016. A realização das entrevistas objetivou, principalmente, identificar o poder aquisitivo dos indivíduos que procuram a instituição em busca de serviço de saúde oferecido pela mesma e, com isso, analisar a abrangência e relevância da instituição para a população de Fortaleza.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Levando em consideração o papel principal das organizações sociais sem fins lucrativos e as funções e aspectos da Organização aqui estudada, destacamos os três objetivos específicos traçados no presente estudo. O primeiro refere-se às atividades, características, objetivos e estrutura organizacional da empresa GEEON. O segundo concerne às fontes de ajuda recebidas pela Organização. E o terceiro trata dos resultados obtidos nas entrevistas com uma amostragem de pacientes atendidas na entidade.

Atividades, Características e Estrutura Organizacional.

Conforme demonstrado no quadro 4, o GEEON desenvolve atividades em três áreas: Ensino, Pesquisa e Assistência.

Na atuação em ensino destacaram-se dois projetos executados pelo GEEON ao longo de sua existência: o Curso Básico de Oncologia e o Curso de Especialização em Mastologia. No campo da pesquisa, uma das principais ações desenvolvidas pela Organização foi o Projeto Iracema, pois além de seu caráter investigador incluiu também um plano de intervenção, na medida em que pode realizar exames diagnósticos e permitir que as mulheres pesquisadas pudessem dar continuidade ao acompanhamento na instituição. Contudo, além do curso de atualização (Curso Básico de Oncologia) e de especialização, o projeto Iracema teve, igualmente, um caráter temporário. As demais ações de pesquisa e assistência, no entanto, apresentam como característica a permanência e estabilidade. A razão disso se deve às dificuldades em conseguir apoio financeiro para implementar e manter tais iniciativas e provavelmente a falta de visão do poder público em investir mais em formação profissional.

É importante enfatizar que o último Curso de Especialização em Mastologia conseguiu qualificar profissionais em 5 (cinco) cidades do interior do Estado, contribuindo para que locais que tenham profissionais de saúde com formação generalista possam ser também capazes de detectar casos de câncer de mama e enviá-los à capital para confirmação de diagnóstico e tratamento. Assim, na tentativa de manter a continuidade das atuações em ensino, o Presidente da Organização revelou sua pretensão de criar uma Coordenação de Ensino com o intuito de melhor gerenciar as questões que envolviam a oferta e manutenção dos cursos, bem como estudar formas de angariar recursos para dar continuidade a esse projeto.

No que se refere à estrutura organizacional, o GEEON encontra-se ainda no caminho de uma sistematização apropriada, tendo em vista o Organograma apresentado (p.24) se encontrar na fase de elaboração com fins a atender o que a Organização pretende efetivar e não quais os setores verdadeiramente constituídos, inclusive no que se refere a recursos humanos para desempenhar as funções.

No GEEON, verifica-se a existência de apenas 8 (oito) funcionários para cumprir as principais atividades da Organização, conforme apresentado no quadro 3 (p.25). Observa-se que algumas atividades são executadas pelo próprio Presidente, Diretor Científico e Diretor Administrativo, que contam com a ajuda dos funcionários cedidos pela UFC e dos estudantes que participam do projeto de extensão, também viabilizado por essa Universidade.

Como exemplo, tem-se o setor de educação, cuja finalidade seria cuidar do diálogo efetivo entre Universidade Federal do Ceará, empresa e poder público, na promoção e organização de atividades geradoras de conhecimento a estudantes de graduação e pós-graduação. Esse setor é diretamente gerido pelo Diretor Científico e Pelo Presidente da Instituição que se associam com um grupo de estudantes vinculados ao projeto de extensão da UFC para a realização das atividades pertinentes ao setor.

Constata-se ainda que, mesmo com o número reduzido de pessoal, o braço de extensão que a Diretoria Científica cumpre se caracteriza por um viés mais externo, com trabalho de socialização com a comunidade através de atividades educativas e também no cuidado com todos esses serviços referentes à saúde. Dentro desse setor, está o Laboratório Saul Goldenberg que, por sua vez, também sofre com a carência de pessoal. No Laboratório, apenas o Presidente e o Diretor Científico realizam os trabalhos experimentais e recebem alunos de graduação e de pós-graduação para orientação de trabalhos, tendo em vista a qualificação e capacitação dos mesmos na área da pesquisa em saúde. Os demais funcionários que atendem ao laboratório realizam tarefas específicas de limpeza.

O SDM - Serviço de Referência para o Diagnóstico em Mastologia – não está devidamente reconhecido pelo órgão competente. Este serviço aguarda o deferimento de seu pedido de habilitação junto ao Ministério da Saúde, porém já preenche todos os requisitos exigidos por lei para sua aprovação. Por hora, o SDM está inserido na Clínica de Imagens e Exames, vinculados à Diretoria Científica.

Verifica-se ainda que o setor de imagem é o que mais concentra pessoal e que além dos funcionários contratados pela instituição, o setor conta com a atuação direta do Presidente e do Diretor Científico no atendimento da população, além de 3 (três) médicos prestadores de serviço.

A Diretoria Administrativa também tem uma pluralidade de funções que torna complexo esse segmento do grupo. Ligada a essa Diretoria tem-se a Gerência Administrativa que conta com apenas um funcionário para realizar as atividades administrativas e de Gestão de Pessoas.

A Seção de captação de recursos, fundamental para continuidade da entidade, é gerenciada por um integrante voluntário e possui apenas 1(um) funcionário para cuidar das atividades inerentes aos programas “Coelce Solidária” e “Sua Nota Vale Dinheiro”.

Vale ressaltar que em geral os funcionários desenvolvem mais de uma atividade como, por exemplo, o funcionário do setor financeiro, além de ocupar o cargo de gerente, desempenha as atividades de tesoureiro e realiza o faturamento, tendo a ajuda de uma prestadora de serviço, responsável pela contabilidade da instituição e por uma funcionária da Clínica de Imagem que o auxilia no controle das “contas médicas”.

Assim, a dinâmica organizacional sofre com toda essa carência de pessoal que, por sua vez, é reflexo da insuficiência de recursos e da inexecuibilidade de adequação ao organograma traçado. Tendo em vista que o GEEON, mesmo atuando no campo da média complexidade e conseguindo atender um número expressivo de pacientes, ainda se apresenta como uma instituição de pequeno porte e consequentemente não tem como implantar o organograma idealizado, pelo menos em médio prazo.

Das fontes de ajuda

No quadro abaixo, relacionamos as principais fontes de ajuda recebidas pelo GEEON e demonstramos a proporção dessas ajudas, levando em consideração o relatório contábil referente ao ano de 2014.

Quadro 5 – Fontes de ajuda recebidas pela Organização

Fontes de ajuda	Participação (na receita)
SMS	46,3%
Doações Diretas (contribuintes voluntários e telemarketing)	24,5%
Eventos (eventos beneficentes, bazar, rifas)	8,4%
Patrocínios (empresas privadas)	18,9%
Outros (serviços prestados, doações de empresas de economia mista, programa “sua nota vale dinheiro”)	1,8%

Fonte: Relatório financeiro do GEEON, 2014

Em seu relatório contábil de 2014, constatou-se que os recursos oriundos dos serviços prestados repassados pela Secretaria Municipal de Saúde correspondem a 46,3% do total da receita. As doações voluntárias, que representam 24,5% da receita, provêm em sua maior parte de pessoas de direito privado. O restante da receita deve-se à promoção de eventos, bazar e rifas, de serviços prestados a empresas públicas e privadas e de patrocínios de empresas para algumas atividades.

Dessa forma, percebe-se que grandeparte do subsídio recebido pela empresa vem de outras fontes que não do setor público. Mesmo assim, é nessa fonte de financiamento, que o GEEON concentra sua maior arrecadação, pois somente com os serviços prestados para a comunidade, a Organização recebe da Secretaria Municipal de Saúde, quase a metade da sua receita, enquanto a outra parte depende de mobilização, por parte dos gestores, para obtenção de apoio e recursos.

Apesar do apoio recebido dos órgãos públicos, entidades privadas e doações de sócios e voluntários, o grupo vem apresentando dificuldades em se manter. No ano de 2014, apresentou déficit monetário no valor de R\$ 1.127,20 (um mil cento e vinte sete reais e vinte centavos), de acordo com Balanço Patrimonial da empresa.

Do público atendido - Perfil socioeconômico da população (Dados colhidos nas entrevistas)

Após mapeamento e análise da dinâmica organizativa e orçamentária, o público-alvo se tornou ponto de interesse da presente pesquisa, no sentido de traçar o perfil dos atores que são atingidos por tal política.

Foram realizadas entrevistas a partir de uma amostragem aleatória simples com as pacientes que procuram o atendimento da Clínica de Imagem e Exames do GEEON. As entrevistas foram realizadas no período de 18 de dezembro de 2015 a 1º de abril de 2016. A seguir são apresentados os resultados e a análise das entrevistas realizadas:

Quadro 6 – Perfil do público atendido pelo GEEON de acordo com entrevistas realizadas no período de dezembro de 2015 a abril de 2016.

PUBLICO ATENDIDO	VARIÁVEIS	QTE.	PROPORÇÃO
Sexo	Mulher	143	100%
	Homem	0,0	0%
Renda per capita	Até meio salário mínimo	68	47,5%
	Entre meio salário mínimo e três salários mínimos	43	30%
	Maior que três salários mínimos	32	22,3%
Exames realizados	Mamografia	85	59,4%
	Ultrassonografia ou outros procedimentos	6	4,2%
	Consulta	52	36,3%
Atendimento	SUS	131	91,6%
	Particular	7	4,9%
	Outros	5	3,5%

Fonte: Elaborada pelo autor

Nas entrevistas realizadas, constatou-se que o público atendido pela Organização é majoritariamente do sexo feminino, com idade compreendida entre 18 e 79 anos. Das 143 entrevistadas, apenas uma tinha 6 (seis) anos de idade e estava acompanhada pela mãe.

Pela própria natureza do principal serviço de assistência prestado pelo GEEON, o público atendido é, na sua totalidade, do sexo feminino. O que não exclui a possibilidade de atender indivíduos do sexo masculino, tendo em vista o câncer de mama se manifestar também em homens, apesar de sua baixa incidência.

Quanto à renda familiar per capita, verificou-se que das 143 entrevistadas, 68 possuem renda familiar de até meio salário mínimo e 43 possuem renda familiar de até três salários mínimos, somando um total de 111 pacientes (ou 77,6% do total) que pertencem à população de baixa renda, conforme classificação publicada no Decreto 6135/2007.

Em relação aos encaminhamentos e atendimento, do público entrevistado, 131 (91,6%) foram encaminhados por postos de saúde da capital ou hospitais do Interior do Estado, pelo Sistema Único de Saúde. Apenas 7 pacientes (4,9%) pagaram seu atendimento e 5 (3,5%) não receberam encaminhamento de nenhum outro serviço. Três destas solicitaram atendimento durante a campanha Outubro Rosa, em que o GEEON participou. Vale ressaltar que as pacientes declararam que optaram por pagar o atendimento, pela pressa em obter o resultado dos exames, mas pretendiam continuar a ser atendidas sem ônus. Tal resultado corrobora com o fato de que a procura pela instituição ocorre para uma população que não tem condições financeiras de arcar com os altos custos dos exames realizados nas entidades privadas.

Pode-se também verificar que a principal visita à instituição deve-se à realização de mamografias. Das 143 pacientes, 85 compareceram para realizar mamografia, enquanto 52 foram para realizar consultas e 6, outros procedimentos. No entanto, das consultas realizadas no período, 28 referiam-se a retornos para apresentar ao médico, o resultado de mamografia solicitada anteriormente. Essa maior procura por exames diagnósticos deve-se ao fato do mesmo ser de difícil acesso na rede pública. Assim, a população encontra no GEEON uma opção de atendimento dentro do universo de serviços de saúde que disponibilizam este exame para população de baixa renda.

Diretamente, a população é a principal beneficiária dos serviços oferecidos por organizações como o GEEON. Pode-se dizer, no entanto, que o poder público é o segundo maior beneficiário, tendo em vista a realização, por essas entidades, de serviços que deveriam ser oferecidos pela máquina pública. Assim, com um investimento bem inferior do que realmente deveria dispor, o poder público tem a sua demanda por serviços de saúde, de certa forma, atenuada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos a discussão sobre o GEEON no contexto brasileiro como uma Entidade Beneficente e, portanto sem fins lucrativos, captamos formas de organizações de empresa que se localizam no Terceiro Setor. Dito isso, procuramos traçar uma diferenciação didática entre os três setores e entre as diferentes organizações presentes no terceiro setor.

Especificando essas organizações não governamentais entre OS, OSCIP e CEBAS, localizamos o GEEON como Entidade Beneficente que produz um importante trabalho comunitário no combate ao câncer de mama. Essa parceria de caráter público e privado é dirigida pela Presidência e o Diretor Administrativo, com a ajuda do Conselho Consultivo e Amigos do GEEON (voluntariado). O protagonismo dos voluntários como parte da empresa é importante de ser destacado. Entenda-se aqui como “Amigos do GEEON” ou “voluntariado”, a parcela da comunidade que de forma espontânea, sensibilizada com a causa defendida pela Organização, resolve contribuir com um valor financeiro dentro de suas possibilidades, reverberando numa importante diferença para a instituição, tendo em vista que, além do poder público, é dos contribuintes voluntários que a Instituição consegue obter a maior parte de seus recursos.

Constata-se que a instituição desenvolve trabalhos de ensino, pesquisa e assistência à comunidade, apesar de seu foco principal ser a assistência à saúde, nos trabalhos de diagnóstico e atendimento de pacientes com câncer, motivo pelo qual o governo federal o qualificou como CEBAS. Nos serviços de assistência à saúde, a Organização tem 5 (cinco) funcionários contratados e 3 (três) médicos como prestadores de serviço, além do Presidente e Diretor Administrativo que acumulam funções no atendimento a pacientes. Porém, é válido lembrar que para dar suporte às atividades desenvolvidas na assistência à saúde, necessita-se de um adequado contingente de pessoal devidamente capacitado, para as atividades administrativas, financeiras e de captação de recursos. Vimos que o GEEON dispõe apenas de 1 (um) funcionário na Gerência Administrativa, 1(um) funcionário na Gerência Financeira e 1(um) funcionário na captação de recursos. Esses setores são de considerável importância na instituição, principalmente por a mesma agregar atividades como ensino e pesquisa.

Dessa forma, faz-se necessário que a Organização invista em recursos humanos, no sentido de aumentar seu quantitativo bem como na profissionalização e capacitação de seus funcionários e gestores, para assim ser capaz de atuar de forma mais

eficiente e eficaz visando o alcance de seus objetivos. Nesse sentido, a primeira atitude interessante seria a reestruturação do organograma da entidade visando uma melhor adequação com a realidade. Alguns setores constantes no organograma podem ser excluídos ou incorporados a outros, como exemplo da UDAM/SDM. Há que se considerar que a Organização atualmente, mesmo desenvolvendo muitas atividades, ainda se configura como uma instituição de pequeno porte, e que apesar das dificuldades, tem sobrevivido de forma heroica. Vale ressaltar que a reestruturação no organograma não acarretaria o impedimento de modificação e adequação do mesmo a uma outra realidade, na medida em que a instituição fosse evoluindo.

A segunda atitude seria a realização de um dimensionamento de pessoal, no sentido de quantificar a força de trabalho necessária ao cumprimento dos objetivos da instituição, levando em consideração a proporção entre o número de funcionários e o contingente de público que procura a Organização, além dos recursos tecnológicos e a modernização dos processos de trabalho. Nesse aspecto, há uma clara percepção de que a Organização estudada terá que lançar mão de medidas que visem o aumento no seu quadro funcional na área administrativa. Levando em consideração todo o trabalho desempenhado pelo GEEON, como detalhado ao longo do presente trabalho e como constatado na pesquisa de campo realizada, conclui-se que o grupo pesquisado, enquanto Entidade Beneficente de Assistência Social, tem cumprido o seu papel de colaboração social com a comunidade cearense, a despeito de todas as dificuldades encontradas. Se essas organizações têm o compromisso de obter resultados sociais com as ações que desenvolvem, o GEEON, atuando na área da saúde, e mais especificamente no controle do câncer de mama no Estado do Ceará, tem alcançado importantes resultados, principalmente na formação de profissionais especializados na área de mastologia e na detecção precoce do câncer.

É importante reforçar que para a população, em termos imediatos, a manutenção da assistência no diagnóstico de doenças da mama, tem grande relevância, tendo em vista a precariedade do sistema público de saúde em abarcar com a demanda de tais exames para a população. Porém, é imprescindível destacar que os estudos desenvolvidos pelo Laboratório de Cirurgia Experimental apresentam perspectivas de consolidação de avanços tanto nos métodos diagnósticos como na terapêutica da doença.

Apesar das precariedades sofridas pelo fato de ser uma instituição que lida com saúde, no contexto também de crise econômica, o GEEON consegue ser realizador

de múltiplos projetos sociais. A razão disso deve-se ao fato de despendimento de esforço por parte do gestor em mobilizar recursos e apoios diversos. Além disso, o gestor consegue obter, dos funcionários e diretores da instituição, um empenho no desdobramento de suas tarefas, pois é comum os mesmos realizarem mais de uma atividade.

A despeito de tudo isso, a Organização desenvolve um trabalho de gestão importante, conseguindo atuar junto à comunidade tanto no aspecto assistencial como na persuasão a respeito da importância de participação dessa comunidade no trabalho desenvolvido pela instituição.

Vale lembrar, que as dificuldades estruturais e a própria insuficiência do GEEON em contemplar uma maior parcela da população também está relacionada as próprias dificuldades que o Estado tem de apoiar essa discussão. O lado assistencial do aparelho estatal precisa, nesse sentido, consolidar parcerias, para a própria população entender a importância dessas políticas e construí-las de forma conjunta, formando-se e constituindo esses serviços por dentro.

Nesse sentido, conclui-se que o GEEON é uma Organização com grande potencial de impacto positivo na sociedade, principalmente nas comunidades carentes, que diante de um quadro de crise no sistema público de saúde, necessita da assistência de organizações como esta.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.) **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira.** – São Paulo: Instituto Pólis, 2006. 124p
- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado.** 23^a. Edição, Editora Método, São Paulo, SP, 2015, p. 13.
- ALVES, Mário Aquino. Terceiro Setor: As origens do conceito. In: ENANPAD, XXVI, 2002, Salvador. **Anais:** Salvador: Enanpad, 2002 (GPG 837)
- BENTO, Gracy Daiana. **Contabilidade e Gestão no Terceiro Setor.** Um estudo bibliométrico em periódicos nacionais. Florianópolis, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, 47(1) janeiro-abril de 1996. Trabalho apresentado ao seminário sobre Reforma do Estado na América Latina organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Brasília, maio de 1996).
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguillar; SILVA JÚNIOR, Nelson. A “Construção” do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à Organizacional. **Rev. Psicol. Polit.** Vol. 9, nº 17, p. 129-148, São Paulo, SP, junho de 2009.
- CARDOSO, Ruth. Cidadania Empresarial: O desafio da responsabilidade. *Update Br/Eua*, **Amcham**, n. 363, p. 115-120, agosto, 2002.
- CARVALHO, Paula Marcilio Tonani de, **O Lucro e a Efetividade Dos Direitos Humanos.** KBR Editora digital Ltda, 2013, 308p.
- COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado.** 2^a edição, reimpressa. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.
- COUTINHO, Nina Novaes. As organizações sociais e os contratos de gestão. **Revista de Direito Público**, Londrina, V.1, N. 2, P. 25-40, MAIO/AGO. 2006.
- DALARI, Dalmo Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** Editora Saraiva, 2^a. edição, atualizada.
- DIAS, Franceli Pedott; SILVA, Amanda de Lima e; CAMPODONICO, Thaís Recoba. Organizações Sociais Civas de Interesse Público no Contexto da Reforma Gerencial Brasileira. In: **III Congresso CONSAD** de Gestão Pública, 2010, Brasília,
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 27^a. Edição. São Paulo, Atlas, 2014.
- DUTRA, Carin Kramer. **Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil Organizadas de Interesse Público:** formas de privatização mascaradas? Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito. Canoas: Centro Universitário Ritter dos Reis, 2009, p.60.

FAGUNDES, Luíza Ribeiro; ARAÚJO SILVA, Victor Augusto; GUERRA SILVA, Carlos Eduardo. Certificações Públicas Concedidas às Organizações da Sociedade Civil no Brasil. Entre Dimensões Normativas e Complexidades contextuais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.19, n. 64, Jan/Jun, 2014.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São. Paulo, 1999.

FERRAREZI, Elisabete. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP : a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor**. Brasília : Comunidade Solidária, 2001. 108 p, p. 17-18.

FIEGE, Hans Jürgen. **ONGs no Ceará - Quem são, o que fazem, quais são os seus desafios?** In: ONGS no Brasil: Perfil de um mundo em mudanças. Fundação Konrad Adenauer, 2003, 236 p, Fortaleza-Ceará, 2003, pág. 20.

LEMOS, Cleide de Oliveira. As ONGS e o Sistema Mundial de Proteção dos Direitos Humanos. **Revista Fundação Escolar Superior**. Ministério. Público, DF. Brasília, Ano, V. 17, p. 63 – 97, jan./jun. 2001.

LUCA, Camila de Almeida. **O Terceiro Setor na Economia Brasileira**. Florianópolis, novembro de 2008.

MACHADO FILHO, Cláudio Antônio Pinheiro. **Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

MAÑAS, Antônio Vico; MEDEIROS, Epitácio Ezequiel de. Terceiro Setor: Um Estudo Sobre a Sua Importância no Processo de Desenvolvimento Socioeconômico. **Rev. Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v.2, p.15-29, jul./dez. 2012.

MARINHO, Bernadete de Lourdes; VASCONCELLOS, Eduardo Pinheiro Gondim de. Dimensionamento de Recursos Humanos: Desenvolvimento de um modelo conceitual e sua aplicação. **Rev. de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.61-67, abril/junho de 2007.

MEIRA, Júlio César. As Organizações Sociais e as Parcerias na Administração Pública: O caso de Uberlândia – MG. **Revista Ágora**, Vitória, n.15, 2012, p. 90-109.

NEVES, Nancy de Oliveira. **O Trabalho Social Voluntário: Uma possibilidade para a formação profissional na Universidade**. Monografia apresentada à Diretoria de Pós-Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2006.

OLIVEIRA, Sidney Benedito. **Ação Social e Terceiro Setor no Brasil**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEDROSA, Antônio Celso *et al.* Competência Gerencial no Terceiro Setor: Um Estudo em Organizações Não Governamentais na Cidade de Fortaleza-Ceará. **XXXIII Encontro da ANPAD**, São Paulo, SP, 19 a 23 de setembro de 2009.

PINHEIRO, Barbosa, Lia. **Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolíticação da questão social**. Rev. Sociedade e Cultura, UFG, vol. 9, N 1, janeiro-junho, 2006, pp. 173-186.

RAVIOLO, Daniel. **ONGS no Brasil: Perfil de um mundo em mudanças**. Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza-CE, 2003, 236 p.

REIS, Marcelo Loureiro. Reforma do Estado: da administração burocrática à administração pública gerencial: o caso brasileiro. **Rev. de Administração e Recursos Humanos (Foco)** – Faculdade Novo Milênio, v. 7, p. 104-137, 2014.

RILA, R.L. **As OSCIPS e a Captação de Recursos**. UFSC: 2004

RODRIGUES, Renata da Silva. O Público Não Estatal: As organizações Sociais. **Boletim Científico ESMPIU**, Brasília, ano 11 – n. 39, p. 141-175 – jul./dez. 2012.

SANTOS, Renata Rivelli Martins. Noção de mercado. Interesse difuso na tutela da concorrência. **Consultor Jurídico** (São Paulo, Online), v. 01, p. 2895-2909, 2006.

SMITH, David Horton. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. v. 20 N. 2, Summer 1991, pp.137-50.

SUCUPIRA, L. A.; CHAVES, A. D.; MONTEIRO, M.G. ONGs e Estado: Entre a Retórica e a Prática. **XXXI Encontro da ANPAD**, 2007 . Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 2007, pag. 1-16.

SZTAIN, Rachel. **Teoria Jurídica da Empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004, p. 22.

WOLTMANN, Eduardo; MARTINS DA SILVA, Mateus Arbo ; DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. A Publicização e a Mercantilização dos Serviços de Saúde Pública como Limites a Efetivação do Direito à Saúde no Brasil. **IV Jornada de Políticas Públicas**, UFMA. São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009.

Outras fontes:

BRASIL. **Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm> Acesso em: 21 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9790 de 23 de março de 1999**. Disponível em: <www.governoemrede.sp.gov.br>. Acesso em 21 nov. 2015.

BRASIL. **Portaria 189**, de 31 de janeiro de 2014. Disponível em: <ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpesssp/bibliote/informe_eletronico/2014/iels.fev.14/Iels23/PT-MS-GM-189_310114.pdf> Acesso em 13 fev. 2016.

CEARA. **Lei nº 13.265 de 16 de dezembro de 2002**. Considera de Utilidade Pública o Grupo de Educação e Estudos Oncológicos do Estado do Ceará – GEEON. Diário Oficial do Estado (DOECE). Fortaleza, CE, série 2, ano V, nº 24, 18 de dezembro de 2002. Caderno Único.

BRASIL. Decreto 6135 de 26/06/2007. **Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm > Acesso em 17 de març. 2016. ESTADOS UNIDOS. **Carta às Nações Unidas (1945).** Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/12>> Acesso em 11 març 2016.

GEEON – Grupo de Educação e Estudos Oncológicos. Disponível em <www.geeon.ufc.br> Acesso em: 30 out. 2014, 19h16min.

ANEXO 1

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PÚBLICO ATENDIDO PELO GRUPO DE EDUCAÇÃO E ESTUDOS ONCOLÓGICOS – GEEON

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (QUESTIONÁRIO) UTILIZADO PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

1. INFORMAÇÕES PESSOAIS:**NOME**

--

DATA DE NASCIMENTO**IDADE****ESTADO CIVIL**

--	--	--

NATURAL DE:

--

ENDEREÇO:

--

No.**COMPLEMENTO**

--	--

BAIRRO**CEP**

--	--

MUNICIPIO**UF**

--	--

CONTATO/TELEFONE

--

2. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

COR/ RAÇA:

BRANCA ()	PRETA ()	PARDA ()	AMARELA ()
INDIGENA/ETNIA ()			

ESCOLARIDADE

Analfabeto ()	Ensino Fundamental Incompleto ()
Ensino Fundamental Completo ()	Ensino Médio Incompleto () Cursando ()
Ensino Médio Completo ()	Ensino Superior Completo () Cursando ()

PACIENTE

SUS ()	PARTICULAR ()	OUTROS ()
---------	----------------	------------

RENDA:

- QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA RESIDÊNCIA?
_____ pessoas
- NA SUA FAMÍLIA, QUANTAS PESSOAS TÊM RENDA E CONTRIBUEM PARA AS DESPESAS DA CASA? _____ pessoas
- APROXIMADAMENTE, QUANTOS SALÁRIOS MÍNIMOS É A SOMA DAS RENDAS DAS PESSOAS DA SUA FAMÍLIA? RENDA FAMILIAR DE _____ SALÁRIOS MÍNIMOS

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EXAME/CONSULTA/DATA

MAMOGRAFIA()	1ª. vez () Retorno ()
ULTRASSOM ()	
CONSULTA ()	
OUTRO PROCEDIMENTO ()	

ENCAMINHADO DO SERVIÇO

--

QUEIXA PRINCIPAL

--

MEDICO RESPONSAVEL

--

OBSERVAÇÕES

--